

3

O CAMINHAR.

3.1

Novos passos.

O fim do Estado Novo e a promulgação de uma nova constituição democrática trouxeram não apenas novas perspectivas sociais como também uma nova realidade para a organização sindical. Mesmo com a continuidade de determinadas leis de segurança, os sindicatos se reorganizaram na perspectiva de novas liberdades de atuação e reivindicação. Cabe lembrarmos que essa reorganização observada a partir de 1946 se deu para ambos os lados; tanto na organização dos docentes, como na organização patronal.

Retrato dessa nova postura dentro da sociedade brasileira, e que é logo sentida pela classe docente, está da reivindicação de reajuste salarial, em 1949. Tendo como base de reajuste um percentual de 150%, o sindicato docente vê todos os seus pleitos rechaçados pelo sindicato patronal. Devido ao impasse, temos a entrada da Justiça do Trabalho nas negociações o que levou ao primeiro dissídio coletivo de natureza econômica contra o Sindicato Nacional dos Estabelecimentos de Ensino Secundário e Primário do Rio de Janeiro. Mesmo com o longo período de julgamento, apenas em dezembro de 1951, pela primeira vez, uma sentença normativa estabeleceu direitos e novos salários para os professores do ensino privado, esse processo representou as novas posições e posturas existentes nas instituições do Estado e na sociedade brasileira.

Contudo, se por um lado observamos uma nova mobilização entre os professores, por outro se vê a intensificação da organização dos proprietários de escola. Exemplo disso está no 3º Congresso Nacional dos Estabelecimentos Privados de Ensino, realizado, entre 17 e 25 de janeiro de 1948, em São Paulo, pelo Sindicato Nacional dos Estabelecimentos de Ensino Secundário e Primário do Rio de Janeiro, em conjunto com as delegacias sindicais do Pará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe e Paraná³⁷. Em seu Congresso a

³⁷ OLIVEIRA, Marcos Marques. "Os empresários da educação e o sindicalismo patronal". Bragança Paulista: Unio. S. Francisco, 2002.

organização patronal expôs sua postura sobre os rumos e a administração da educação para o país.

Segundo a organização patronal, o monopólio do Estado sobre a educação brasileira traria desvantagens sobre a aplicação de métodos de ensino eficazes e modernos nas instituições. Ainda segundo estes dirigentes, a educação limitada ao poder do Estado perderia sua capacidade de perceber e, ainda mais, de antever as mudanças sociais.

O objetivo principal desse Congresso estava em organizar, redigir e apresentar um projeto para a educação do país. Nesse projeto, apesar de indicarem o dever do Estado na garantia de educação a todos, partindo o pressuposto da “escola equalizadora”, ele admitia incentivos para o ensino privado e induzia a uma concepção supletiva da ação estatal, reforçando apenas seu caráter moralizador e fiscalizador. Ainda neste projeto observam-se propostas como a competência do Estado em oferecer os recursos para a educação, seja proporcionando ensino oficial gratuito, seja amparando à iniciativa privada; igualdade de condições às escolas oficiais e às particulares quanto à representação junto aos órgãos diretores do ensino, defendendo a distribuição proporcional das verbas e reconhecimento do ensino prestado; dever do Estado em fundar e manter estabelecimentos de ensino, quando a atividade particular não puder solucionar plenamente o problema escolar e no caso do ensino primário, obrigatoriedade do poder público de amparar as instituições particulares de ensino por meio de isenção de impostos, subvenções ou quaisquer auxílios de ordem material³⁸. A grande proposta de educação estava, na verdade, voltada para a diminuição e posterior fim da educação pública e o total apoio a iniciativa privada. A grande avalanche de capital internacional que se fazia presente na economia e na produção de bens brasileira, a partir do fim do Estado Novo, também intenta infiltrar-se no sistema educacional nacional e dominá-lo a seu bel prazer. Amparado pelas elites os donos de instituições de ensino desconheciam limites para suas propostas “educacionais” para o Brasil.

A publicação dessas propostas gerou uma série de embates e também trouxe novos adeptos. Entre o movimento sindical de professores, formado por

³⁸ Idem.

um grande número de docentes que atuavam também na escola pública, a reação de repúdio a iniciativa patronal de ampliar a educação privada foi imediata. Em contra partida, a idéia e diminuição da ação estatal chamou a atenção de outro setor da sociedade, a Igreja Católica detentora de diversas instituições de ensino no país. O recrudescimento dessa disputa pelo monopólio e hegemonia dentro da educação levou o Ministério da Educação e Saúde a elaborar, através de seu ministro Clemente Mariani, um anteprojeto de lei, apresentado em 28 de outubro de 1948, que pretendia regulamentar o ensino no Brasil. Segundo as autoras Walesca Mendonça e Clarice Nunes, “nos treze anos que antecederam a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases, os debates, as declarações, campanhas se enlaçaram recorrentemente em torno de duas questões: uma relativa às concepções centralizadora e descentralizadora do ensino e outra, ligada a anterior, que combinava a questão da descentralização com os interesses dos defensores das verbas públicas para o ensino privado”³⁹.

Mais de uma década foi necessária para que este projeto ganhasse corpo e mesmo assim, bastante alterado. Durante esse período uma verdadeira polêmica se instalou na cidade do Rio de Janeiro e dividiu a opinião pública. As mais célebres estão na discussão entre o presidente do Sindicato dos Professores, Bayard Boiteux e o governador da Guanabara Carlos Lacerda, que trataremos mais a diante, e os membros da Igreja Católica e os educadores defensores da escola pública.

Dentro dessa querela temos uma série de discursos do então deputado, o padre Fonseca e Silva, no dia 5 de novembro de 1956, cuja reivindicação foi de “obrigar os interesses conflitantes a se manifestarem num jogo político aberto”. Ainda em sua fala, o deputado tenta advertir o ministro da Educação contra a presença de Anísio Teixeira e Almeida Júnior, respectivamente, na direção do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) e na presidência no I Congresso Estadual de Educação de São Paulo. O religioso alega que tais professores seriam agnósticos e comunistas, que ocupam altos postos para liderar uma campanha contra a formação religiosa do povo brasileiro. Cinco dias após seu discurso, o padre Fonseca e Silva envia um memorial ao ministro, reforçando

³⁹ MENDONÇA, Ana Waleska; NUNES, Clarice. “**Escola e cidadania** : aprendizado e reflexão”. Salvador : UFBA : EGBA, 1989.

suas críticas e alertando ainda para as restrições sofridas pelo patrimônio moral e espiritual da Igreja, denunciando que estaria sendo desenvolvido, no Ministério da Educação, um movimento contra o ensino particular brasileiro. Em fins de novembro, o deputado Luís Vianna responde às acusações, dando a conhecer à Câmara dois documentos: um do ministro Clóvis Salgado o outro do próprio Anísio Teixeira. Os dois refutavam as idéias contidas no discurso de Fonseca e Silva, principalmente no que se referia aos vínculos com a ideologia marxista. Posteriormente, a polêmica sai do Congresso, atravessa círculos intelectuais e chega à opinião pública, envolvendo disputas por meio da imprensa e manifestações de diversos tipos⁴⁰.

O debate se acirra a partir da publicação do chamado substitutivo Lacerda que dentre outras coisas, previa que a admissão gratuita de alunos nas escolas particulares ou a redução da contribuição seria compensada por bolsas e outras vantagens do governo e deixava explícito o caráter supletivo do ensino público, pela vedação do favorecimento ao monopólio estatal, e pela igualdade de condições entre as escolas oficiais e particulares, no que dizia, inclusive, à distribuição de verbas (mediante bolsas de estudo, financiamentos para construção, reforma de prédios escolares e equipamentos). É sob o efeito desse substitutivo que temos o recrudescimento do embate através de artigos em jornais e manifestações públicas. A de maior impacto, com certeza, foi a Campanha em Defesa da Escola Pública, liderada por antigos educadores do movimento escolanovista, intelectuais, estudantes e líderes sindicais, em que se destacaram os nomes de Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Anísio Teixeira. Nesse movimento, os defensores da escola pública tentaram mostrar como só esta seria verdadeiramente democrática, apontando todas as falhas do projeto aprovado e afirmando que “o Estado está sendo o coveiro de suas próprias escolas”. Criticando ainda o sectarismo da iniciativa privada, seu anacronismo e seus interesses lucrativos⁴¹.

As questões do patronato na defesa do ensino privado eram bem claras nesse momento, a Igreja católica, através da bandeira da liberdade de ensino como

⁴⁰ OLIVEIRA, Marcos Marques. "Os empresários da educação e o sindicalismo patronal". Bragança Paulista: Unio. S. Francisco, 2002.

⁴¹ Idem.

liberdade de escolha do tipo de escola pela família, objetivava, entre outras coisas, a subvenção pública e a não ingerência do Estado. Já as escolas particulares leigas, que se viam desprovidas de uma doutrina própria, apoiavam-se no discurso da Igreja para defender interesses principalmente financeiros. A união de suas vozes, mesmo por vezes dissonantes, beneficiou a vitória do ensino privado.

Apesar a oposição entre patronato e sindicato docente ser evidente, nessa questão, não devemos esquecer que entre a categoria existe, ainda hoje, uma grande parcela de professores católicos e estes passaram a ocupar novos espaços dentro da liderança sindical. Boa parte desse elemento católico dentro do sindicalismo é responsável pela tentativa de diálogo entre as partes.

Está aí outro elemento de suma importância para o novo rumo tomado pelo sindicalismo docente, o diálogo; não apenas com o patronato, mas também com o Estado. Diálogo necessário, por exemplo, nas relações com os profissionais de ensino, com os governos estaduais e municipais, com os conselhos de educação, com os ministros da Educação e do Trabalho e com a Justiça do Trabalho.

Importante frisarmos que esse exercício do diálogo, feito em uma sociedade em conflito, nunca se dá de forma simples. Além disso, a relação entre o Estado e o sindicato docente não se mostra de forma estática, mas dinâmica. A evolução desse movimento faz-se consoante os diferentes momentos históricos, oscilando em torno de duas categorias básicas: o diálogo e o conflito. Basta termos em mente que “tratando-se de um Estado capitalista, está posto o desafio de compreender e considerar as ambigüidades, contradições, conflitos e especificidades da relação entre Estado e as organizações sociais. Isso porque a dinâmica contraditória das classes sociais presente no Estado capitalista é responsável pelos conflitos de interesses advindos das alianças entre frações de classe, evoluindo a intensidade desses conflitos segundo diferentes contextos em que se apresentam. A flexibilidade da relação entre Estado e sindicato docente provém das diferentes formas que assume o Estado para manter-se e da força da intervenção das ações sindicais”⁴².

A partir desses momentos de tensão e embate o sindicato revê seus conceitos, prioridades e dinâmica. A reavaliação surge da necessidade de

⁴² VALE, Ana Maria do. “Diálogo e Conflito: A presença do pensamento de Paulo freira na formação do sindicalismo docente”. São Paulo: Cortez, 2002.

encaixar-se e engajar-se nas lutas comuns dentro da sociedade e dessa forma adquirir o apoio necessário em momentos de confronto com o Estado ou simplesmente para personificar-se como entidade de liderança social. Estar em outros espaços da vida social auxilia de forma eficaz na formação de uma identidade entre o sindicato e a sociedade, entre esta e os docentes e entre a categoria e sua instituição de defesa.

No caminhar político do sindicalismo docente, o exercício do diálogo parece ter sido indispensável para o estabelecimento das relações com outros setores sociais, tanto no que concerne à defesa dos interesses do magistério, especificamente, quanto no que concerne aos acordos ou até mesmo à participação do sindicalismo docente na busca de interesses sociais mais amplos⁴³. Esse movimento tomou corpo ao longo da década de 50 onde o sindicato dos professores buscou não apenas o fortalecimento das relações de trabalho como também se dispôs a organizar, além de seus associados, vários movimentos da sociedade civil.

Observamos esse poder quando a classe média passa a exigir do governo seu ingresso no ensino superior. Em meados da década de 50 essa reivindicação torna-se mais forte e é dentro do Sindicato que observamos a organização desse movimento. Contudo, a aprovação da LDB de 1961 desarticula um ideal de ampliação do sistema universitário público ao permitir a ampliação brutal das vagas através da difusão do ensino universitário particular no país. Em nome de uma suposta “democratização do ensino” viu-se a ampliação do capital particular dentro da formação dos futuros arquitetos, professores, engenheiros, médicos, etc. do país. Em troca disso, desarticula-se a papel do sindicato na liderança do movimento e se exclui ainda mais as camadas mais pobres do sistema de ensino. Contudo, a derrota nas questões da classe média abre as portas para a aproximação com as classes populares. O sindicato procura participar mais ativamente em comum com as camadas populares de uma mesma atividade política. Este sentimento de solidariedade passa a ser cultivado com tensões, ambigüidades e questões não resolvidas dentro dos problemas políticos. Os profissionais do ensino também fazem parte deste movimento e mesmo aqueles

43

Idem.

que evitam definições partidárias “stricto-sensu”, percebem a importância dos sindicatos e das associações que se têm constituídos como espaço de disputa político-ideológica e, muito especialmente, como espaço de pressão sobre o Estado⁴⁴.

O entendimento de que a escola só se constituirá num espaço pleno de construção da cidadania a partir do momento em que se articular e ingressar nas lutas populares se dá com esse estreitamento na relação do Sindicato docente e as camadas populares. A nova luta se dá em torno da construção de uma nova e aglutinadora identidade brasileira, onde os trabalhadores poderão ver-se integrados as questões político-sociais. Desse modo, a educação passa a ter papel fundamental na busca por cidadania de fato. A diretoria do Sindicato dos Professores se coloca nessa luta e a lidera até ser desarticulada pelo golpe militar e finalmente ser derrotada nas eleições sindicais de agosto de 1965. Veremos a seguir como se deu a percepção dessa liderança e sua articulação ao longo da década de 50 e início dos anos 60.

3.2

A Consolidação do Sindicato.

Mesmo antes de inaugurar a nova sede a diretoria empossada em agosto de 1949 reiniciaria uma batalha deixada pela gestão passada, o aumento salarial. Sem correção já há dois anos, os professores se viam em situação aflitiva. Por conta disso, o Sindicato resolve recorrer ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio através de um dissídio coletivo entre empregados e empregadores. Nele, baseado nos cálculos das inflações acumuladas, o sindicato reivindicava um aumento de 150% para os professores e o direito a greve caso as demandas não fossem atendidas. Contudo, antes mesmo de julgar o pedido de aumento dos docentes, o Tribunal Regional do Trabalho achou por bem julgar primeiro a capacidade de entendimento ético-jurídico deste órgão já que pela Portaria 204 os professores deveriam ter sua remuneração fixada pelo Ministério da Educação e Saúde. A discussão se estendeu para os jornais e diversos juristas e professores

⁴⁴ TRAGTENBERG, Maurício. “Sobre Educação, política e sindicalismo”. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982.

enviavam suas cartas às redações com seus pareceres sobre o caso. Entre eles realçamos um dos comentários publicados em série no “Diário Carioca”, entre os dias 24 de outubro e 2 de novembro de 1950, de autoria do procurador da Justiça, Dr. João Antero de Carvalho. Com o título de “O Poder normativo e os Professores”, o jurista discorre longamente sobre os termos que regem a remuneração docente. Destacamos o seguinte trecho:

“Ora, não há lei que impeça a interferência da Justiça do trabalho quando uma determinada classe tem o seu salário fixado por uma portaria, como é o caso dos professôres. Não importa, outrossim, a origem de tal ato, assim como também não vem ao caso a fixação dêsse salário por um decreto-lei, à semelhança do que se fêz com os jornalistas.

Num e noutro caso se impõe a interferência da Justiça do Trabalho quando se apresentar a ocasião de estabelecer o salário real, o justo salário, finalidade precípua dos dissídios econômicos⁴⁵”.

Após alguns meses de debate o Tribunal Regional do Trabalho entendeu que cabe sim ao Ministério da Educação e Saúde regular remuneração condigna aos professores, mas quando este não atende às demandas econômicas da categoria e se deflagra um dissídio, seja ele coletivo ou individual, a responsabilidade no julgamento passa as mãos do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Desse modo, o Tribunal Regional do Trabalho iniciou um processo de verificação tendo por base os aumentos das mensalidades e anuidades escolares, arquivadas no Ministério da Educação e Saúde, e os salários pagos aos professores do ensino público do Rio de Janeiro.

Foi verificado que, enquanto os professores do curso ginásial da prefeitura do Distrito Federal são remunerados em Cr\$ 8.400,00 mensais por 24 aulas semanais, os professores das escolas particulares, para atingir o salário de Cr\$ 4.000,00 precisariam ministrar entre 10 e 15 aulas diárias, dependendo da instituição de ensino. A essa enorme e assustadora diferença salarial são acrescidos os dados referentes ao lucro das escolas que iremos aqui reproduzir. Cabe frisar que todos os valores que serviram de base para esses cálculos são de escolas da zona sul e central da cidade e dos bairros da Tijuca e São Cristóvão, que reconhecidamente eram as que melhor remuneravam seus professores.

45

Acervo de periódicos do Sinpro-Rio.

“Ademais, os aumentos de contribuição dos educandos, entre 1942 e 1949, têm permitido uma melhoria de remuneração de 109% para os professores; e uma percentagem de lucro para os colégios de 268%!! (sic)

A percentagem de despesas dos estabelecimentos de ensino era de 52% sobre uma anuidade de Cr\$ 1.300,00 vigente no ano letivo de 1942, e de 38% sobre uma contribuição anual de Cr\$ 3.700,00 no ano letivo de 1949.

Verifica-se que a margem de lucro dos colégios aumenta em razão da elevação do preço da contribuição do educando, enquanto diminui a percentagem de despesas.

Não padece dúvida sobre a capacidade financeira dos estabelecimentos particulares de ensino para atenderem ao aumento de salário dos seus professôres, sem que para isso se torne necessário qualquer aumento de contribuição anual dos alunos.⁴⁶”

Em sete de dezembro de 1950, a Justiça do Trabalho publica seu parecer favorável a reivindicação do Sindicato dos Professores baseado nessa verificação da situação econômica dos estabelecimentos de ensino privados da cidade e em vários outros motivos de ordem econômica e cultural, inerentes a prática docente. Um aumento de 100% sobre os salários desse ano foi concedido aos professores e, além disso, manteve-se a manutenção de todos os direitos adquiridos até então. Essa grande vitória do Sindicato é o símbolo das diversas lutas do movimento trabalhista iniciadas na década de 50. Antes e depois dela outras lideranças sindicais seguiriam o mesmo caminho.

Em toda parte do país as instituições sindicais iniciavam uma movimentação pela reivindicação das promessas feitas em campanha por Getúlio Vargas, entre elas o aumento de 100% do salário mínimo e a criação de um sistema previdenciário único que atendesse às demandas dos trabalhadores e colocasse fim aos esquemas de suborno dos diversos institutos de previdência⁴⁷. Um imenso movimento grevista se espalha jogando sobre o governo a responsabilidade pelo desenvolvimento dos direitos trabalhistas e a defesa dos interesses nacionais. Aos poucos, o movimento sindical vai tomando ciência de sua força e busca sua autonomia diante das leis do governo.

Buscando o apoio dos trabalhadores, Getúlio Vargas lança um programa de estímulo à sindicalização e a livre organização sindical. Através dele temos a

⁴⁶

Idem.

⁴⁷

BARRANECHEA, Mauro. "Formação Sindical". Rio de Janeiro: Lidador, 1965.

anulação da necessidade do atestado ideológico para os dirigentes sindicais e a promessa de anulação de outras determinações que impossibilitavam os sindicatos de agirem independentes do governo. Contudo, cabe frisar que o direito de intervenção do Estado sobre os sindicatos que abalasse a ordem política e social manteve-se vigente por muitos anos⁴⁸.

O Sindicato dos Professores de Ensino Secundário, Primário e Artes do Rio de Janeiro mostrou-se solidário aos movimentos reivindicatórios que cresciam, mas manteve-se, pelo menos nesse início da década de 50, afastado das deflagrações de greve que proliferavam. Suas bandeiras giravam em torno da ampliação dos direitos dos professores e das mudanças necessárias ao ensino. Com a classe ainda vitimada pelo não cumprimento dos acordos trabalhistas, o Sindicato buscava através do Ministério do Trabalho e dos decretos presidenciais as soluções necessárias. Desse modo, em 1952 um novo decreto-lei vem a regulamentar a remuneração dos meses de férias e dos dias de repouso, imprimindo sanções aos estabelecimentos que não o cumprissem.

Visando dar maior ênfase a questões muito delicadas do país, o governo decide, ao final de 1953 desmembrar o antigo ministério, criando o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação e Cultura. Getúlio Vargas entendia que separadamente, os dois novos ministérios poderiam tratar melhor de suas pautas e buscar soluções aos problemas que assolavam o Brasil. Pelo menos, aparentemente, a medida surtiu certo efeito, pois, observamos a inauguração de alguns hospitais em áreas carentes da cidade. Já na educação, as discussões em torno das reformas do ensino voltaram à pauta do Congresso, tendo como base o projeto de Lourenço Filho de 1948⁴⁹. Além disso, nos dois anos subseqüentes, o ministério foi favorável à manutenção dos ganhos trabalhistas e salariais da Portaria 204.

Contudo, o clima de insatisfação entre os trabalhadores é geral e as greves se espalham pelo país. Nem a nomeação de João Goulart para o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e o anúncio do aumento de 100% no salário mínimo, para 1º de maio, acalmou os ânimos do movimento. Os sindicatos se

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ BOMENY, Helena. “Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo”. In: “REPENSANDO o Estado Novo” / Dulce Pandolfi (Organizadora). Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. p.135-166.

encontram cada vez mais apartados do apadrinhamento do Estado e reivindicavam também a criação do 13º salário e a remuneração das férias em dobro. Quanto ao aumento do salário mínimo, João Goulart só conseguiu enfurecer o empresariado e este se vê demitido já em março de 1954.

A queda do ministro em nada alivia a situação do governo perante os trabalhadores. O aumento salarial fixado em 42% é muito pouco perto dos mais de 10 anos de congelamento. Sem o apoio dos sindicatos, dos trabalhadores, das classes médias urbanas, dos militares, do empresariado e envolvido no escândalo do atentado da Rua Toneleiros contra o jornalista Carlos Lacerda, Getúlio Vargas toma como seu último ato político o caminho do suicídio na manhã de 24 de agosto de 1954⁵⁰.

Uma violenta reação popular toma conta da cidade e diversos meios de comunicação opositores ao governo de Vargas são invadidos e depredados. No espaço de um ano e meio entre o suicídio de Getúlio e a posse de Juscelino Kubitschek, o Brasil sofre um período de incertezas com a nomeação de três presidentes provisórios, diversos arranjos políticos e conspirações⁵¹.

O clima agitado das eleições presidenciais saiu das ruas e tomou conta da sala da sede do Sindicato dos Professores de Ensino Secundário, Primário e Artes do Rio de Janeiro. Em 1955, uma nova diretoria liderada pelo professor Bayard Boiteux é eleita pela categoria e inicia uma das fases de maior agitação política da instituição. Tendo em sua formação um expressivo número de docentes abertamente simpáticos ao socialismo e aos movimentos de trabalhadores, o Sindicato torna-se palco de inúmeras reuniões das mais diferentes categorias. Os debates ideológicos passaram a ser pauta corrente e a busca pela constante melhoria nas relações de trabalho era a meta a ser alcançada. Novas perspectivas e opiniões se configuraram entre os docentes aumentando a interação destes com os demais movimentos classistas.

A vitória nas urnas do candidato Juscelino Kubitschek mantém viva a idéia de uma república trabalhista. Seu lema de campanha “50 anos em 5” é incorporado pelas massas e a idéia de desenvolvimento para o país deixa de ser

⁵⁰ D'ARAUJO, Maria Celina. “A Era Vargas”. 1. ed. São Paulo: Moderna, 1997.

⁵¹ GOMES, Angela Maria de Castro; FARO, Clovis de, FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. “O Brasil de JK.” Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1991.

estritamente industrial e econômico para alcançar as esferas social, cultural e política. O movimento sindical mobiliza-se em torno desse ideal e assume a frente pelas esperadas mudanças nas leis que regem o trabalho e as instituições de classe⁵². Muitos foram os que apoiaram esse movimento como o deputado federal e ex-professor de direito Aurélio Viana que em 1955 propõe uma nova lei de greve que traria mais liberdade ao trabalhador. Contudo, a proposição de lei é arquivada devido sua intenção de desvincular o julgamento da legalidade dos movimentos grevistas ao Ministério do Trabalho.

Apesar do clima de euforia gerado pelas promessas de rápido desenvolvimento, o trabalhador brasileiro ainda sofria com as perdas salariais decorrentes da inflação. Com o professorado não era diferente. A caducidade dos acordos salariais era o motor de novos embates com o patronato e diversos dissídios no Ministério do Trabalho. A saída encontrada para o ano de 1955 se deu através da aprovação de uma suplementação salarial. Com este acréscimo, o valor da hora-aula passaria a equivaler-se a 2/3 do salário do professor catedrático do Colégio Pedro II. Além disso, a medida promovia incentivos fiscais aos estabelecimentos particulares de ensino que utilizassem 40% de sua receita em gastos com os seus professores⁵³.

Essa equiparação do valor da hora aula nas escolas particulares com o salário de catedrático do Colégio Pedro II não só surgia como um reajuste considerável como se configurava a possibilidade de regulamentação do próprio ensino privado, ainda citado nas leis de educação como ensino não oficial. Através dele, o reajuste dos salários nas escolas particulares estaria atrelado ao reajuste do funcionalismo público, o que na época era um bom negócio. Concomitante a assinatura dessa medida, a diretoria do Sindicato assina convênio de parceria com consórcio de automóveis e uma cooperativa habitacional acreditando que a promessa de reajustes regulares se cumpriria a partir de agora e aos professores seria possibilitada a aquisição de patrimônio próprio. Contudo, os donos de escola passam a questionar a tal proporcionalidade e esta acaba não sendo posta em prática. Além disso, o Sindicato recebe uma série de denúncias

⁵² BOITO JUNIOR, Armando. “O Sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical”. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; São Paulo: HUCITEC, 1991.

⁵³ Arquivo Sinpro-Rio.

sobre a alteração das receitas declaradas pelas escolas a fim de diminuir os gastos com o corpo docente.

O final da década de 50 não se mostra menos turbulento que seu início. Os movimentos reivindicatórios tornam-se constantes e graças a eles o salário mínimo atinge seu melhor poder de compra desde 1942⁵⁴. O poder legislativo, formado por muitos parlamentares de partidos ligados aos movimentos trabalhistas, mostra-se atento às necessidades das classes. Dentro desse contexto, o deputado Fernando Ferrari do PTB apresenta, em dezembro de 1957, sua proposta de alteração da lei de aposentadoria para os professores. Adicionada à constituição de 1946, a lei de aposentadoria especial nunca vigorou devido a seu texto confuso e aberto a múltiplas interpretações. Por esse motivo ele foi retirado da carta magna pouco tempo depois. Na nova proposta, abre-se a verdadeira possibilidade de aposentadoria aos 25 anos de profissão para mulheres e 30 para homens. Além disso, o projeto inova ao prever a implantação do auxílio-doença e o amparo ao líder sindical afastado de sua profissão docente⁵⁵.

Logo, a defesa da proposta do deputado Fernando Ferrari torna-se bandeira de luta da diretoria. Os professores, organizados em torno de seu Sindicato participam das diversas manifestações e passeatas em frente à Assembléia Legislativa. A proposta, justamente por possuir um texto inovador, recebe diversas ementas de alteração e a cada votação dessas proposições, as escadarias do Palácio Tiradentes tornam-se pequenas para a grande quantidade de docentes que nela se reúnem. Mesmo com toda essa mobilização, alguns anos ainda seriam necessários para a aprovação dessa lei.

Além disso, as forças do Sindicato logo se encontrariam assombradas por um velho fantasma, a falta de aumento salarial. No começo de 1958, ao iniciar-se uma nova tentativa de entendimento sobre o reajuste, os proprietários de escola questionaram a validade legal da Portaria 204, que ainda regulava o salário docente. Os professores, sem aumento desde a tentativa de equiparação salarial de 1955, viram-se obrigados a lutar pela manutenção de uma medida que já se

⁵⁴ FERREIRA, Marieta de Moraes. "João Goulart – entre a Memória e a História". Rio de Janeiro. Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2006.

⁵⁵ MARQUES, Guilherme. "O novo sindicalismo: a estrutura sindical e a voz dos trabalhadores". Rio de Janeiro: ADIA, 2005.

encontrava muito defasada. Por conta desse embate judicial mais um ano se passou sem um novo reajuste.

Determinados a reverter esse quadro de impasse, a diretoria convoca, em 31 de janeiro de 1959, Assembléia Geral para a votação de uma greve, já para o início do ano. Além da greve, essa Assembléia também aprovou a instituição do auxílio funeral e maternidade aos associados. Cabe lembrarmos que as greves precisavam cumprir certas exigências e serem legalizadas pelo Ministério do Trabalho para possuírem valor reivindicatório junto ao processo trabalhista⁵⁶. Inúmeras greves eram consideradas ilegais, mas nem isso impedia que elas fossem deflagradas pelos movimentos classistas.

Entrando no quarto ano sem reajuste, os professores presentes a Assembléia não se opuseram à deflagração da greve já no mês de fevereiro. O atual presidente, professor José de Almeida Barreto, ainda tentaria uma negociação sob a tutela do Ministério do Trabalho, mas a recusa do patronato atrasava ainda mais o processo. Cansados da lentidão judicial, os professores das escolas privadas do Rio de Janeiro paralisam suas atividades em março de 1959. Este era o primeiro ato de greve deflagrado e apoiado pelo Sindicato desde sua fundação; mesmo sendo um movimento de curta duração, ele representou a insatisfação da categoria e a nova postura adotada pela instituição classista.

Temerosos com a paralisação dos docentes e com o apoio demonstrado pelos alunos, os donos de escola propõe um acordo emergencial que é aprovado pelo Ministério da Educação. Como a greve dos professores foi considerada ilegal, o acordo teve que ser aceito e as atividades deveriam ser reiniciadas imediatamente após sua assinatura. Neste acordo temos a manutenção do valor da hora aula calculado para o ano acrescido de uma suplementação salarial, que variava entre 30 e 50% dependendo da série e do número de alunos matriculados. Este acréscimo nos salários seria pago pelo Ministério da Educação através das verbas destinadas aos docentes das escolas públicas.

O acordo entre o Ministério e o patronato gerou protestos dos professores de ambas as esferas. Todos concordavam que a verba pública não poderia ser desviada para suprir os problemas da rede particular de ensino e que os donos de

⁵⁶ GERNIGON, Bernard. "A Greve". Brasília: OIT, 2002.

escola teriam acumulado lucros exorbitantes nos últimos anos. Os movimentos de reivindicação e repúdio ao acordo provisório foram engrossados pelos professores da rede pública de ensino e agitaram o Rio de Janeiro ao longo de todo ano. Junto aos professores, uma imensa massa de trabalhadores tomou as ruas por seus direitos.

Dentro do Sindicato, além das velhas batalhas em campo, outra agitação se formava. Era ano de eleição para composição de diretoria e três chapas se inscreveram para participar do pleito. As diferentes correntes do pensamento político e didático se encontraram para o embate eleitoral de 1959; socialistas, liberais e até uma ala católica compunham os candidatos a nova diretoria. Apoiado pelo presidente José de Almeida Barreto, o ex-presidente Bayard Boiteux e seus aliados voltam à liderança do Sindicato dos Professores de Ensino Secundário, Primário e Artes do Rio de Janeiro.⁵⁷

Durante essa segunda gestão de Bayard Boiteux, o Sindicato se engajou na luta pela autonomia sindical. Unido a outras instituições, buscou-se a aprovação das alterações na legislação que proporcionariam o fim do atrelamento dos sindicatos ao Estado. Outra bandeira de lutas foi a batalha pela manutenção do imposto sindical, maior fonte de renda das instituições. Nesse momento, o Congresso inicia uma discussão sobre a função desse imposto e lança mão de discursos dúbios como por exemplo o ônus que este representaria ao trabalhador. Atentos a tais manobras, os Sindicatos iniciam campanhas de conscientização de seus associados, acusando aos congressistas de, na verdade, estarem camuflando suas reais intenções de desmantelar as instituições e por consequência desarticularem as lutas de reivindicação trabalhista.

Dentro dessa campanha quase que nacional, o Sindicato dos professores passa a publicar na imprensa aberta noticiários semanais das ações promovidas pela instituição. É a primeira vez que se utiliza a manobra da campanha publicitária de forma explícita. Através desses anúncios, a diretoria imaginava cooptar o apoio de sua categoria e passou a chamar a atenção para a necessidade da ampliação da ação do Sindicato. A proposta posta em um desses anúncios era de implementação de delegacias sindicais em diferentes bairros da cidade. O

⁵⁷

Arquivo Sinpro-Rio.

presidente Bayard Boiteux convocava os professores a comparecerem a uma reunião na sede para discutir o assunto. A partir desse momento, o Sindicato volta seu olhar para o outro lado da cidade e traça novas estratégias para atender a esses docentes.

O número de escolas particulares crescia de forma desordenada fora do eixo centro-sul da cidade e a maior parte delas não cumpria os acordos assinados nos Ministérios da Educação ou do Trabalho. Se nas grandes escolas as condições salariais não atendiam às demandas do corpo docente, nas escolas das áreas mais distantes da cidade a condição se mostrava ainda pior. O problema ia além dos salários e atingia as próprias condições de trabalho. Colégios eram abertos em construções residenciais, que não atendiam as necessidades de espaço e material necessário à prática docente. Nesses locais, turmas enormes, com mais de quarenta alunos, eram alocadas em pequenos cômodos onde o professor tentava ministrar aulas sem recursos básicos, como um simples quadro negro⁵⁸. Esses problemas já se faziam presentes há tempos, mas é apenas com a renovação da diretoria a partir de 1955, onde os professores dos colégios tradicionais se retiram que as atenções do Sindicato se voltam para essas áreas mais carentes da cidade. Nesse momento, a luta pela melhoria das condições de trabalho se amplia e se modifica a fim de transformar esse triste quadro das escolas particulares do entorno da cidade.

O quadro de mudanças se mostrava amplo e nesse sentido, o ex-presidente do Sindicato dos Professores de Ensino Secundário, Primário e Artes do Rio de Janeiro, José de Almeida Barreto, junto a outros líderes do movimento docente conseguem, em 1959, o reconhecimento legal para fundarem a FITEE – Federação Interestadual de Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino. A idéia de criar uma federação que articulasse os muitos movimentos trabalhistas ligados à educação já havia sido expressa por Barreto há tempos, mas é só com sua saída do Sindicato que ela se configura. Eram ligados a esta Federação os sindicatos de professores do Rio de Janeiro e, posteriormente, da Guanabara, Curitiba, Paraná, Alagoas, Espírito Santo, Ceará, Juiz de Fora, Pernambuco, Sergipe e Maranhão. Além disso, a FITEE encontrava-se ligada ao Comando dos Trabalhadores

58

Idem.

Intelectuais e na sua sede funcionava a Fração dos Professores, dois movimentos diretamente ligados ao PCB, que mesmo na ilegalidade mantinha uma atividade constante junto a diversos sindicatos do Rio de Janeiro. É justamente esse tipo de ligação que faz com que esses órgãos sejam constantemente averiguados pela polícia política. Devemos lembrar que, mesmo vivendo um regime democrático e tendo a frente um presidente e um vice, eleitos através da aliança PSD-PTB, muitas das leis de segurança do Estado Novo ainda vigoravam no país e diversos parlamentares não se acanhavam em defender a manutenção das mesmas. Basta lembrarmos da ameaça de intervenção ao Sindicato dos Marítimos, em meados de 1957, e as repressões sofridas pelo funcionalismo público no início de 1960; ambas durante o mandato de Juscelino Kubitschek⁵⁹.

De qualquer forma, a década de 50 abriu novas frentes e possibilitou uma maior participação dos sindicatos na vida do país. Mesmo atrelados ao Estado e ameaçados pelas Leis de Segurança Nacional, as instituições classistas encontraram um ambiente propício para a ampliação de seus recursos e de sua liberdade de ação. Prova disso foi a aprovação, em agosto de 1960, da Lei Orgânica da Previdência Social onde os sindicatos tiveram assegurados 1/3 dos lugares nos conselhos executivos que fiscalizavam os Institutos de Aposentadorias e Pensões⁶⁰. Organizados por categorias, os institutos se constituíam como verdadeiras máquinas, gerindo fundos e provendo benefícios a seus associados. Fiscalizá-los representava um tipo de poder dentro da sociedade brasileira.

Além, das eleições presidenciais, o ano de 1960 reservou uma radical mudança na condição política da cidade do Rio de Janeiro. Com a inauguração de Brasília a cidade deixava de ser Distrito Federal e se tornava capital de um estado que compreendia seu próprio espaço geográfico, o Estado da Guanabara. Por conta disso, o Sindicato teve que promover uma alteração em seu estatuto e já em setembro passa a chamar-se Sindicato dos Professores da Guanabara. Além da alteração nominal, essa pequena reforma estatutária incluiu, pela primeira vez, os professores universitários entre os associados, abriu a possibilidade de reeleição

⁵⁹ GOMES, Ângela Maria de Castro; FARO, Clovis de, FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. “O Brasil de JK.” Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1991.

⁶⁰ BOITO JUNIOR, Armando. “O Sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical”. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; São Paulo: HUCITEC, 1991.

dentro do Sindicato e ampliou o número de diretores criando os cargos de 2º tesoureiro, bibliotecário e relações públicas. Este último ficou responsável pela divulgação dos inúmeros movimentos liderados pelo Sindicato que neste ano teve que lutar pelo cumprimento da suplementação salarial, aprovada no ano anterior, e que ainda não havia sido paga em sua integralidade. Outro problema girava em torno da revogação da Portaria 204 feita pelo Supremo Tribunal Federal.

Com o fim da Portaria 204, o ministério do Trabalho, junto ao Sindicato dos Professores e ao Ministério da Educação, buscaram nova forma de remuneração para os docentes. Discutiu-se muito pela definição das novas bases de reajuste salarial até definirem que percentagens previamente discutidas seriam acrescentadas ao valor da hora-aula vigente. Desse modo, fica estabelecido que para o ano de 1960, os professores teriam aumentos de 35% para ensino primário e de 40% para o ensino secundário. Cabe lembrarmos que, até esse momento, o ensino superior no Brasil era todo ele de caráter público, ficando sua remuneração a cargo do Estado.

No último ano do governo de JK, parte dos professores conquistou alguns benefícios pelos quais lutavam há anos. Um deles foi o direito a aposentadoria especial que, tramitando no poder legislativo desde 1957, finalmente é aprovado em 26 de agosto de 1960, porém apenas para os docentes do serviço público. Junto a ele temos outro projeto de lei que regulariza a gratuidade para os filhos de professores. Incluído na CLT, o direito de ensino gratuito aos dependentes trazia certo alívio ao Sindicato e sua categoria.

Essas medidas trabalhistas, que só trouxeram benefícios aos docentes, fizeram com que o Sindicato investisse maciçamente na questão cultural. Através da consignação de uma verba pública no valor de 30 mil cruzeiros, a diretoria consegue reformar a sede, dar continuidade a sua publicação “A Folha do Professor” iniciada em setembro de 1959 e lançar a “Revista do Mestre”. Ambas as publicações estavam voltadas para as conquistas e lutas do Sindicato, um diferencial era o fato da revista também tratar das políticas para a educação, formação docente e eventos que interessassem à categoria. Além disso, a sede reformada, além das discussões políticas, passou a ser palco de diversos cursos de capacitação para seus associados. Desse modo, o Sindicato consegue reunir novamente um grande número de sócios em sua sala e além das questões docentes

iniciava-se um debate sobre as eleições presidenciais que se aproximam. Junto a FITEE, o Sindicato dos Professores apoiou a organização de movimentos como o Comando dos Trabalhadores Intelectuais, o Comando dos Trabalhadores e a Liga Feminina da Guanabara. Além disso, esteve presente em movimentos internacionais como a III Conferência Mundial de Educadores na Guiné em 1960. O Clima democrático vivido desde 1946 aquecia o novo movimento sindical.

Após alguns anos de liderança, a aliança PSD - PTB perdia a presidência da república para os opositores da UDN. A eleição de Jânio Quadros, em outubro de 1960, configurava-se como a esperança da oposição para a subida ao poder de forças contrárias ao movimento trabalhista que mantinha como seu representante João Goulart, reeleito como vice-presidente. Mesmo sendo o candidato da UDN, Jânio Quadros exigiu que fosse mantida certa independência em relação às negociações partidárias e desse modo, os laços com seu partido foram se fragilizando⁶¹. Parte disso se caracteriza pela visita feita a Cuba em março de 1960, que foi mal vista pelas lideranças udenistas, pela defesa intransigente do fortalecimento da Petrobrás e do controle das remessas de lucros para o exterior.

Outro líder da UDN, este partidário da radicalização, que ganha força é Carlos Lacerda empossado governador da Guanabara em dezembro de 1960. Imediatamente, Lacerda inicia uma ampla reforma administrativa extinguindo alguns cargos e criando outros. Além disso, o governador da Guanabara torna-se um dos líderes de uma radical campanha anti-comunista e se inicia na imprensa carioca⁶². Diversas pessoas são atacadas em sua coluna, entre eles o presidente Jânio Quadros e seu vice João Goulart, e o presidente do Sindicato dos Professores da Guanabara, o professor Bayard Boiteux.

A querela entre o governador da Guanabara e o Sindicato dos Professores se inicia pouco tempo após a posse de Lacerda quando este nomeia para secretário de educação e cultura o jurista e professor Carlos Flexa Ribeiro, dono de um conceituado colégio na zona sul da cidade. Mesmo possuindo um impressionante currículo de ex-professor do Instituto de Belas Artes, da Faculdade Nacional de Arquitetura e ex-diretor do MAM, Flexa Ribeiro não era bem aceito entre a maior

⁶¹ CABRAL, Castilho. Tempos de Jânio: e outros tempos. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1962.

⁶² MOTTA, Marly Silva da. "Rio de Janeiro: de cidade capital a Estado da Guanabara". Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

parte dos docentes. Sua condição de proprietário de uma instituição de ensino e conseqüentemente membro do grupo que explorava e atrasava o desenvolvimento das relações de trabalho para os professores o afastava da popularidade entre a categoria. Por conta disso, o Sindicato lança imediatamente seu manifesto em jornais e revistas de grande circulação contra esta nomeação. Suas primeiras publicações apelam para o bom senso do governador e são, inclusive, bastante polidas no trato no questionamento⁶³.

Contudo, Carlos Lacerda utilizou sua forte influência sobre parte da imprensa para atacar o Sindicato e seus diretores. Em represália o presidente do Sindicato, Bayard Boiteux, publica sua carta de repúdio, não só a nomeação de Flexa Ribeiro, como a política adotada por Carlos Lacerda. Com texto bem mais agressivo que o documento assinado por toda diretoria, a carta do líder sindical acusa Lacerda de falta de patriotismo ao entregar a educação de seu estado a um homem que não valorizava a profissão docente⁶⁴. Em conseqüência, Carlos Lacerda move uma ação criminal contra Bayard Boiteux acusando-o de utilizar palavras injuriosas, em um órgão de imprensa, contra o então governador da Guanabara. A briga não se estendeu muito; Lacerda vendo-se solitário na ação retira o processo e Flexa Ribeiro é mantido na secretaria até 1965 quando se candidata a governador da Guanabara. Derrotado nas eleições o ex-secretário elege-se, no ano seguinte, a deputado federal pelo partido governista Arena, mesmo tendo sido um dos fundadores do Partido Socialista Brasileiro em 1947.

Essa briga vai além do incomodo causado pela eleição de Lacerda e a posterior nomeação de Flexa Ribeiro. O Sindicato dos Professores tinha como um de seus propósitos defender os interesses dos docentes das repartições públicas que não possuíam qualquer tipo de organização sindical. Ao ampliar seu quadro de associados, iniciando a sindicalização dos professores do ensino superior, e ao demonstrar seu repúdio pela nomeação do novo secretário, a direção do Sindicato alinhava-se a uma grande parcela da categoria que, mesmo recebendo os melhores salários do mercado, via-se as voltas com problemas bem conhecidos dos docentes da rede privada.

⁶³ Arquivo Sinpro-Rio.
⁶⁴ Idem.

Na contínua busca pela melhoria salarial de seus associados, o Sindicato fecha, pelo segundo ano consecutivo, um acordo salarial satisfatório onde todos os professores receberam aumentos de 35% sobre seus salários. Além disso, o Sindicato conseguiu aprovar o estabelecimento de um salário mínimo para os professores do ensino primário que há tempos sofriam com as enormes diferenças entre os estabelecimentos. A partir de agora nenhuma escola pagaria um piso menor que o mínimo estipulado. Essa nova cláusula pouco influenciou nos ganhos dos professores das escolas tradicionais, mas modificou em muito a realidade dos docentes das pequenas escolas nos subúrbios da cidade onde eram observadas as maiores atrocidades. Mesmo sendo questionado e até boicotado por alguns donos de escola, o piso na educação primária era o primeiro passo para uma regularização salarial. Estas conquistas trabalhistas não representaram um grande alívio a categoria nem ao Sindicato. No conturbado ano de 1961 muitas outras causas pelas quais lutar ainda emergiriam no cenário nacional.

Em julho, ao mesmo tempo em que o Congresso Nacional aprovava a viagem de João Goulart e uma comitiva trabalhista e econômica ao Oriente e Leste Europeu, iniciava-se a campanha eleitoral dentro do Sindicato dos Professores da Guanabara. A inscrição de uma chapa única encabeçada pelo professor Hélio Marques Silva trazia a falsa impressão de dias tranquilos para a instituição. Ainda nesse mês, o secretário do Sindicato, professor Levy Borborema Pôrto, se ausentaria de suas funções para integrar a comitiva que acompanhava o vice-presidente da república aos chamados países comunistas. Contudo, a segunda metade do mês de agosto, que traria a formalização da eleição no Sindicato, veio acompanhada da renúncia do presidente Jânio Quadros. Em meio aos problemas políticos nacionais, o periódico do Sindicato intitulado “Folha do Professor” publica o seguinte trecho do livro “Quarto de despejo” de Carolina Maria de Jesus: “O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora. Quem passa fome aprende a pensar no próximo e nas crianças.”⁶⁵.

A renúncia abriu uma grave crise no país onde os ministros militares, junto a uma grande parcela das forças armadas e parte da sociedade civil contrária ao

⁶⁵ Idem.

trabalhismo getulista se opuseram a posse de João Goulart sob a alegação de que ela significaria uma ameaça à ordem instituída. Em contrapartida, a maior parte dos trabalhadores e dos sindicatos, junto às baixas patentes militares, se aliaram a Leonel Brizola e lançaram um movimento legalista pela posse de João Goulart⁶⁶. Dentro do Sindicato dos Professores da Guanabara foi organizada o “Comando Nacional dos Professores” que esteve responsável pelas atividades de greve e vigília pela posse de Jango⁶⁷. O clima na cidade do Rio de Janeiro não era dos mais amenos; a liderança exercida pelo Sindicato dos Professores junto a CPOS (Comissão Permanente das Organizações Sindicais do Estado da Guanabara) organizou um movimento de greve geral em favor da posse de João Goulart que se chocou diretamente com o movimento encabeçado pelo governador Carlos Lacerda contra a subida de Jango ao poder.

Em meio à crise, o Congresso Nacional rejeitou a proposta de impedimento enviada pela junta militar e iniciou a discussão de uma saída conciliatória. No Rio de Janeiro, as manifestações contra e a favor da posse cresciam levando o embate ideológico às ruas da cidade. Quanto a João Goulart, este se manteve fora de território nacional até a certeza de que não seria preso pelas forças armadas contrárias aos preceitos constitucionais. A instabilidade era latente, tanto que parte do grupo legalista, apoiado pelo III Comando do Exército, cogitou a rebelião armada como forma de levar Jango ao poder⁶⁸.

Tendo como aliado o governador do Rio de Grande do Sul, João Goulart desembarca em Porto Alegre em 1º de setembro e é recebido por uma enorme manifestação popular. No dia seguinte, o Congresso Nacional aprova a Emenda Constitucional que instala o parlamentarismo, limitando os poderes do futuro presidente da república que temendo uma possível guerra civil se vê obrigado a aceitar os novos termos para sua posse⁶⁹. Enfim, em sete de setembro João Goulart é levado à presidência da república e imediatamente indica Tancredo Neves, político de centro que acalmaria os militares, para o cargo de Primeiro Ministro.

⁶⁶ GOMES, Angela Maria de Castro; FERREIRA, Jorge. “Jango: as múltiplas faces”. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2007.

⁶⁷ Arquivo Sinpro-Rio.

⁶⁸ GOMES, Angela Maria de Castro; FERREIRA, Jorge. “Jango: as múltiplas faces”. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2007.

⁶⁹ Idem.

Paralela a posse de Jango, a diretoria encabeçada por Hélio Marques Silva também toma posse no Sindicato dos Professores e já inicia seus trabalhos dentro da luta pela antecipação do plebiscito parlamentarista, previsto para o início de 1965. As diversas organizações sindicais reconheciam a enorme importância dessa consulta popular que manteria ou não o novo regime instituído no país. Para o movimento trabalhista, a volta do presidencialismo e a ampliação dos poderes de João Goulart eram tidas como uma grande vitória do movimento e o caminho para novas conquistas. Adepto do trabalhismo varguista ainda latente na política nacional, Jango representava maior força para os sindicatos.

A instabilidade política e a crise financeira afastaram um pouco as atenções para as outras causas que tramitavam no Congresso. Desse modo, depois de 13 anos de acirradas discussões vemos promulgada a Lei 4.024, em 20 de dezembro de 1961, baseada na proposta de Carlos Lacerda. A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação no Brasil nascia sem a pujança do anteprojeto original, prevalecendo às reivindicações da Igreja Católica e dos donos de estabelecimentos particulares de ensino no confronto com os que defendiam a educação pública, laica e gratuita para a oferta da educação aos brasileiros. Através dela temos a proliferação do ensino privado à medida que a nova lei reconhece que o governo deva compartilhar com este a obrigação por todos os níveis de ensino. É a partir dela que temos a autorização para o funcionamento de ensino superior privado no país, mesmo que este só consiga o consentimento definitivo em 1971. Além disso, esta LDB fixa que os diretores de escola são os responsáveis pela organização curricular de seus estabelecimentos de ensino, desde que respeitem os 180 dias letivos. Tal medida acarreta na eliminação de diversas matérias consideradas eletivas e na demissão de vários professores. Outra medida girou em torno da definição de que os municípios passariam a ser responder pelo ensino primário, tirando dos estados a responsabilidade por este segmento. Quanto a essa LDB podemos dizer que de positivo temos apenas a fixação das férias escolares do mês de julho⁷⁰.

⁷⁰ BOMENY, Helena. “Quando os números confirmam impressões: desafios na educação brasileira”. “Interseções-Revista de Estudos Interdisciplinares”. Rio de Janeiro, v. 5, nº 2, p.277-301, dez. 2003.

Pegos de surpresa, com a aprovação de tais medidas durante um recesso escolar, o Sindicato dos Professores se viu sem meios para articular sua categoria contra a esta LDB. Com isso, o ano de 1962 se inicia em meio a uma conturbada série de demissões e processos que agitaram a pequena sede na Rua 13 de Maio. Apostando na veia trabalhista do presidente da república, o Sindicato da Guanabara se une a outras instituições classistas do país e envia a Brasília um documento contendo propostas de mudanças na LDB. Um ano inteiro seria necessário para que se alterasse a medida que dava aos diretores e conseqüentemente aos donos de escola a garantia de estabelecerem a grade escolar. De fato, a política nacional se encontrava por demais conturbada e de imediato pouco se fez quanto essas questões.

João Goulart recebera um país mergulhado num enorme déficit financeiro, com uma taxa inflacionária cada vez mais alta e um salário mínimo cada vez mais achatado. A crise econômica era tão profunda que o presidente se vê obrigado a recorrer ao FMI, viajando para Washington em abril de 1962 para ver negado seu pedido de auxílio financeiro. Como se não bastasse, o ministério parlamentar também se mostrava disposto a atrasar as propostas presidenciais de reforma agrária e trabalhista, nacionalização de algumas subsidiárias estrangeiras e o reajuste periódico do salário mínimo compatível com a inflação. O desentendimento entre o presidente e o gabinete parlamentar era tão visível que, utilizando-se da exigência legal de desincompatibilização a fim de concorrer às eleições de outubro de 1962, todos os membros do gabinete pediram demissão no dia 26 de junho deste ano⁷¹.

O novo gabinete foi montado a fim de atender as pretensões do presidente para o pleno desenvolvimento do país e de imediato foi adotado um plano de emergência para o combate da inflação. Além disso, iniciou-se uma campanha pela antecipação do plebiscito, apoiada pelos sindicatos e pelas baixas patentes militares que apoiavam Jango. Nessas circunstâncias o Congresso Nacional determinou o prazo limite de até 30 de abril de 1963 para a realização da consulta popular que se realizou em seis de janeiro de 1963⁷².

⁷¹ FERREIRA, Marieta de Moraes. “João Goulart – entre a Memória e a História”. Rio de Janeiro. Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2006.

⁷² Idem.

Muito disso se deveu ao clima político bastante tenso. As classes trabalhadoras ainda encontravam-se insatisfeitas com os rumos da economia nacional e a constante alta inflacionária desvalorizava em muito os salários. Desse modo, em cinco de setembro de 1962, os sindicatos reuniram-se numa greve geral que paralisou o Brasil. Nela, além das questões salariais, lutou-se pela melhoria nas condições de vida, pelo desenvolvimento de uma política social plena, pela antecipação do plebiscito presidencialista e pela implementação das reformas de base.

O Sindicato dos Professores da Guanabara não esteve afastado desse movimento e apoiou a paralisação das atividades no dia proposto. Dentro da organização de professores, além das reivindicações trabalhistas, lutava-se pela melhoria do ensino e da atividade docente. A aprovação da LDB, no ano anterior, ainda causava certo incômodo à categoria inclusive no que dizia respeito ao aumento da participação e do poder do setor privado. Alheios às necessidades primordiais da educação e contrários aos direitos adquiridos pelos docentes, os donos das instituições de ensino saíram vitoriosos aos adquirir direitos sobre o ensino superior no país⁷³. Para o Sindicato, o afastamento do Estado das decisões ligadas ao ensino só pioraria a qualidade do mesmo. Além disso, é importante lembrar que, este Sindicato também defendia os professores do Estado da Guanabara que não possuíam qualquer tipo de órgão representativo.

Dentro das reivindicações voltadas para a educação, no ano de 1962 temos a criação do Conselho Federal de Educação, que viria a substituir o Conselho Nacional de Educação. Além disso, o governo lança o Plano Nacional de Educação e o Programa Nacional de Alfabetização, ambos inspirados no método Paulo Freire, e que viriam a integrar uma parte marginalizada da sociedade e garantiam a responsabilidade do governo para com o sistema educacional do país⁷⁴. Já em relação às lutas trabalhistas, após anos de reivindicação, o 13º salário é instituído já para o fim do ano de 1962 e inserido na legislação previdenciária

⁷³ CUNHA, Luiz Antonio & GOES, Moacyr. “O golpe na Educação”. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editora, 1999.

⁷⁴ VALE, Ana Maria do. “Diálogo e Conflito: A presença do pensamento de Paulo freira na formação do sindicalismo docente”. São Paulo: Cortez, 2002.

em 1963. Tanto a utilização do método de Paulo Freire quanto à instituição do 13º salário geraram a reação dos grupos conservadores da sociedade⁷⁵.

No início do ano de 1963, os trabalhadores viviam a euforia da restituição do regime presidencialista. Tendo novamente reunidos os poderes de chefe de Estado e chefe de Governo, acreditava-se que João Goulart poderia enfim implementar as reformas de base. Porém, o fato do governo não contar com apoio do Congresso para realizar a reforma constitucional impediu a realização das mais diversas reivindicações das classes trabalhadoras. Rapidamente a euforia deu lugar à tensão e os movimentos grevistas de apoio ao presidente da república voltaram a se espalhar por todo país. Além das greves, outros movimentos irritaram as forças reacionárias da sociedade civil, entre eles, o Congresso Continental de Solidariedade a Cuba, realizado entre os dias 28 e 30 de março de 1963, em Niterói. Nele, diversos líderes sindicais estiveram presentes para demonstrar seu apoio a Revolução Cubana e ao novo regime implementado naquele país, entre eles, o professor Carlos da Silva Teixeira representando o Sindicato dos Professores da Guanabara⁷⁶. Durante o Congresso, o professor Carlos Teixeira deixou claro em seu discurso que era intenção do Sindicato apoiar integralmente as políticas populares anunciadas por João Goulart e que a classe docente poderia demonstrar seu apoio a essa diretoria nas eleições sindicais marcadas para agosto do mesmo ano.

Entendendo que a manutenção e o alongamento dos movimentos de greve poderiam gerar desgastes entre a sociedade e a categoria, o Sindicato dos Professores da Guanabara opta por diferentes formas de apoio ao governo Jango e de criação de espaços para a discussão sobre os rumos da educação. Dentro dessa perspectiva, o Sindicato patrocina o VIII Congresso de Educadores Americanos realizado no Hotel Glória entre os dias 27 de Junho e 1º de Julho de 1963. Neste evento estiveram presentes diversas entidades sindicais do Brasil, América Latina, da antiga URSS e Cuba. Nele, o presidente João Goulart participou como o presidente de honra discursando na cerimônia abertura do evento que, além da situação política dos países participantes, o modelo de educação adotado por cada

⁷⁵ TRAGTENBERG, Maurício. “Sobre Educação, política e sindicalismo”. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982.

⁷⁶ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fichas de denúncia contra Carlos da Silva Teixeira.

um dos membros foi tema recorrente. Para os diversos líderes da América Latina em muito interessavam os métodos praticados nos países comunistas participantes do evento. Para os brasileiros, ansiosos pela implementação das Reformas de Base, os exemplos de Cuba e da antiga União Soviética representavam um dos modelos na busca por igualdade de oportunidades através do ensino. Entusiasmados com o revolucionário método de Paulo Freire e ainda esperançosos pela execução dos ideais expressos no Manifesto da Escola Nova de 1932, o professorado carioca comparece maciçamente ao Congresso promovido por seu Sindicato⁷⁷.

Além de toda discussão político-pedagógica, o VIII Congresso de Educadores demonstrou ser um momento propício para o lançamento das plataformas de campanha para diretoria do Sindicato dos Professores da Guanabara. Com a proximidade das eleições e a inscrição de três chapas para a concorrência do pleito, o salão do Hotel Glória ganhou um ar de agitação política local que se espalhou pela categoria e manteve-se aceso até o dia da divulgação do resultado final, em 23 de agosto de 1963.

Reeleita a diretoria encabeçada pelo professor Hélio Marques Silva, o Sindicato dá continuidade a sua política de renovação da prática pedagógica, de valorização dos docentes e de total apoio as Reformas de Base propostas pelo governo João Goulart. Dentro dessa linha de defesa da política presidencial, o Sindicato dos Professores da Guanabara esteve presente, poucos dias antes de suas eleições, em sete de agosto, nas escadarias do Palácio Tiradentes, onde ocorreu o Dia Nacional do Protesto. Organizado pela CGT e apoiado por diversas entidades sindicais e pelo PCB, o movimento encerrou a Semana Nacional pelas Reformas de Base e contra a Carestia na tentativa de persuadir o Congresso a aprovar as Reformas⁷⁸.

Diversas questões figuravam entre as reivindicações mais recorrentes dentro do Sindicato. A manutenção da antiga diretoria fortalecia a continuidade de algumas negociações como a aprovação, em Congresso, do projeto feito em parceria entre o Sindicato e a FITEE para a criação de um salário mínimo para

⁷⁷ Arquivo Sinpro-Rio.

⁷⁸ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fichas de denúncia contra Carlos da Silva Teixeira.

toda categoria. Além disso, lutava-se pela ampliação do projeto de aposentadoria especial aos 25 anos de serviço que, ao ser reimplementado em agosto de 1960, só atendia aos docentes do serviço público. Outra luta travada pela diretoria do Sindicato era por uma nova reforma do ensino que criasse um sistema verdadeiramente democrático e progressista. Através de cartas e projetos enviados ao Ministério da Educação e Cultura, os membros do Sindicato tentavam fazer ouvir os anseios dos docentes por parte do poder público. Dentro de um desses projetos inclusive, exigia-se a representação do Sindicato dos Professores dentro do recém criado Conselho Estadual de Educação. Todos esses requerimentos feitos junto ao Estado representavam uma das necessidades mais recorrentes nas mais diversas instituições sindicais que era a de incluir-se ou manter-se como voz atuante dentro do governo, herança da cultura sindical do período Vargasista.

Além das reivindicações expostas acima, dentro do próprio Sindicato existiam metas para a melhoria dos serviços prestados à categoria. Em primeiro lugar, para a diretoria era urgente a aquisição de uma sede maior que pudesse atender de forma mais confortável o número de associados que se multiplicava a cada ano. A mais, a preocupação com o atendimento se estendia até os momentos de lazer da categoria e a discussão da aquisição de uma área a ser usada como Colônia de Férias dos professores passou a ser pauta nas reuniões de diretoria. Dentro das questões administrativas, sentia-se urgente a formação de um serviço especial de orientação dos professores para questões como a obtenção do registro profissional, legislação do ensino e os benefícios concedidos pelo IAPC e o SESC. Devemos lembrar que mesmo com a exigência de formação na Faculdade Nacional de Filosofia, o registro do Ministério do Trabalho era obrigatório para a prática docente e que durante algum tempo os professores da rede particular de ensino manter-se-iam inscritos como trabalhadores do comércio. Além disso, a comissão de enquadramento sindical do Ministério do Trabalho havia tomado uma decisão que ampliava o quadro da categoria. No início de 1963, ao considerar o professor como profissão diferenciada, o Ministério do Trabalho acabava por incluir, além dos professores primários, secundários e de ensino superior; os profissionais da aprendizagem industrial e comercial e os mestres e contramestres do ensino técnico-profissional. A partir dessa medida, o Sindicato dos Professores

da Guanabara sentiu a necessidade de se reestruturar para atender as especificidades dos novos associados⁷⁹.

O ano de 1963 traria ainda a aprovação do Decreto Federal que instituíu o feriado de 15 de outubro como sendo o Dia do Professor. Em sua redação observamos que a orientação era de que *"para comemorar condignamente o Dia do Professor, os estabelecimentos de ensino farão promover solenidades, em que se enalteça a função do mestre na sociedade moderna, fazendo participar os alunos e as famílias"*⁸⁰. Contudo, a declaração oficial de um feriado que já se comemorava há tempos, não trouxe reais modificações nas condições da profissão docente. Os altos índices inflacionários e o descumprimento de leis trabalhistas por parte dos colégios desvalorizavam o professor como trabalhador. As interferências dos donos de escola nos programas escolares desvalorizavam o professor como formador. Tanto que a assembléia de professores realizada em nove de novembro aprovou uma greve que durou de 29 de novembro a dois de dezembro. Nela os diversos problemas já expostos foram pauta de reivindicação. Mesmo tendo sua relevância reconhecida pelo presidente João Goulart, a greve foi considerada ilegal pelo Tribunal Regional do Trabalho sob a alegação de que ainda havia um acordo trabalhista que vigoraria até fevereiro de 1964. Além do golpe sofrido com a ilegalidade do movimento, o Tribunal Regional do Trabalho ainda julgou improcedente o pedido de aumento de 100% para os professores cariocas alegando que a nova proposta salarial só poderia ser apresentada para a nova negociação a ser iniciada apenas em março de 1964.

O ano de 1964 se iniciaria com uma movimentação do presidente João Goulart no intuito de mobilizar os trabalhadores em torno do programa de reformas desenvolvido pelo governo que vinha sofrendo sistemáticas derrotas no Congresso Nacional. Dentro dessa manobra política, Jango se alinha aos sindicatos e aos demais movimentos de trabalhadores para a elaboração de uma mensagem de convocação para um grande comício a ser realizado no dia 13 de março, no Rio de Janeiro, em frente à estação ferroviária Dom Pedro II, mais

⁷⁹ Acervo de periódicos do Sinpro-Rio.
⁸⁰ Idem.

conhecida como Central do Brasil⁸¹. Este comício seria o primeiro de uma série de cinco movimentos populares que se encerariam em São Paulo no dia 1º de Maio.

Publicada em 19 de fevereiro de 1964, a convocação clamava ao povo sua maciça presença para que dessa forma todos pudessem manifestar "sua inabalável disposição a favor das Reformas de Base". Assinado por diversos representantes e lideranças entre os trabalhadores, o edital de convocação acendeu a ira da extrema direita brasileira que não tardou em contra-atacar. Porém, nada abalava a confiança das classes trabalhadoras no programa de reformas; sua execução representava um grande avanço nas relações sociais, políticas e trabalhistas no Brasil. Seu texto deixava clara que era intenção do governo Jango implementar as reformas agrária, bancária, administrativa, universitária e eleitoral, que deveriam estar vigorando já ao final de 1964. Outro objetivo era a defesa das liberdades democráticas e sindicais, exigindo-se a extensão do direito de voto aos analfabetos, soldados, marinheiros e cabos, assim como a elegibilidade para todos os eleitores e a necessidade de imediata anistia a todos os civis e militares indiciados e processados pelas leis de segurança nacional que ainda vigoravam no país⁸².

Mais que depressa, o governador do Estado da Guanabara Carlos Lacerda, movimentou seus correligionários na intenção de frustrar as intenções de João Goulart de organizar as massas em torno do governo federal. A oposição liderada por Lacerda era tão forte que o governador chegou a proibir a entrada dos ônibus vindos de outros estados e do subúrbio carioca nas proximidades da Central do Brasil. Sua atitude hostil acabou por ter um efeito contrário; nas vésperas do comício os funcionários do Departamento de Trânsito do Estado da Guanabara transferiram seus serviços para o governo federal. Além destes, os servidores do Corpo de Bombeiros e de outras categorias também optaram pela mesma saída acirrando a oposição entre governo estadual e federal. Sem o apoio de parte dos funcionários públicos, Carlos Lacerda busca parcerias nas parcelas insatisfeitas das classes médias urbanas e na oposição de extrema direita que apoiava atos de

⁸¹ GOMES, Angela Maria de Castro; FERREIRA, Jorge. "Jango: as múltiplas faces". Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2007.

⁸² MEANDRO, Heloísa. O Comício da Central do Brasil. In: <http://www.cpdoc.fgv.br>.

violência como a tentativa de incêndio, na madrugada do dia 13 de março, do palanque armado em frente à Central do Brasil⁸³.

Organizando e apoiando a movimentação das massas, além da CGT e dos sindicatos, tínhamos instituições como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, a UNE, a Frente Parlamentar Nacionalista e o Comando dos Trabalhadores Intelectuais, onde o Sindicato dos Professores da Guanabara possuía muito espaço. Através do Comando diversos líderes de nosso Sindicato estiveram à frente da organização dos docentes para o comício. A maior parte das movimentações do professorado carioca se deu dentro do Comando devido às constantes ameaças sofridas pelo Sindicato por conta das Leis de Segurança Nacional que perigosamente ainda vigoravam no país e ameaçavam de intervenção as instituições classistas⁸⁴.

No dia 13 de março cerca de 150 mil pessoas entre trabalhadores, estudantes, servidores públicos e elementos das baixas patentes militares se reuniram na Central do Brasil para a realização de um dos maiores comícios da História do país. Até hoje, o Comício da Central do Brasil se constitui como umas das maiores manifestações populares de apoio a um governante brasileiro e seu projeto, e sua relevância para a História do movimento trabalhista é incontestável. Mesmo sofrendo uma ferrenha oposição o evento marca um novo comportamento da massa trabalhadora brasileira. Nem mesmo a macabra manifestação da Campanha da Mulher pela Democracia (Camde), que persuadiu alguns moradores do trajeto entre Laranjeiras, onde o presidente residia em visitas ao Rio de Janeiro, e o centro da cidade, a acenderem velas em suas janelas como sinal de luto afugentou as massas de seu compromisso com as Reformas de Base. Mesmo com o fracasso do movimento oposicionista em frustrar o comício, o tenso momento vivido no país estava estampado, a marcha da família com Deus pela liberdade realizada em São Paulo e organizada pelas classes médias e por membros do clero

⁸³ Idem

⁸⁴ COSTA, Sergio **Amad.**, “O C.G.T.: e as lutas sindicais brasileiras”. São Paulo: Gremio Politecnico, 1981.

mostrava isso. Logo, as altas patentes militares, derrotadas no plebiscito presidencialista, não tardariam a entrar em cena para alterar esse quadro⁸⁵.

As relações entre o governo João Goulart e os militares já se encontravam delicadas desde a renúncia de Jânio Quadros e se agravaram com o movimento de apoio por parte dos marinheiros. Reunidos no Sindicato dos Metalúrgicos no dia 25 de março para comemorar o aniversário da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais, instituição considerada ilegal, e para demonstrarem seu apoio as Reformas de Base; os marinheiros tiveram sua prisão decretada pelo Ministro da Marinha, Sílvio Mota. O destacamento de fuzileiros designado para efetuar a ordem de prisão acabou aderindo ao movimento e se unindo aos marinheiros liderados pelo Cabo Anselmo e pelo então deputado Leonel Brizola. Logo a reunião ganhou ares de motim e uma série de reivindicações dos marinheiros foi transmitida ao ministério como o reconhecimento de sua associação, a melhoria da alimentação a bordo dos navios e dos quartéis, a reformulação do regulamento disciplinar da Marinha e a exigência de que nenhuma medida punitiva seria tomada contra os que ali estavam. A tensão dentro do Sindicato dos Metalúrgicos manteve-se até o dia seguinte quando marinheiros e fuzileiros aceitaram deixar o prédio e seguiram para o quartel de São Cristóvão, onde permaneceriam presos por poucas horas sendo anistiados pelo presidente João Goulart. A medida tomada pelo presidente foi duramente criticada pelos militares e acirrou ainda mais os ânimos⁸⁶.

A visível insatisfação de grande parte do empresariado, das classes médias urbanas, da Igreja Católica, dos proprietários rurais e de governadores como Carlos Lacerda, da Guanabara, Ademar de Barros, de São Paulo, e Magalhães Pinto, de Minas Gerais, acabaram por estimular a intervenção militar. Desse modo, na madrugada do dia 31 de março, a tropas mineiras lideradas pelo general Olímpio Mourão Filho iniciaram sua fatídica marcha rumo ao Rio de Janeiro, onde se encontrava João Goulart.

Vendo o fracasso da Greve Geral, organizada pela CGT, e a diluída reação dos grupos que o apoiavam, Jango segue para Brasília e de lá para Porto Alegre,

⁸⁵ MEANDRO, Heloísa. O Comício da Central do Brasil. In: http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/5779_1.asp

⁸⁶ FERREIRA, Marieta de Moraes. “João Goulart – entre a Memória e a História”. Rio de Janeiro. Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2006.

único foco de resistência, organizado por Leonel Brizola. Temendo a deflagração de uma guerra civil e ciente do apoio aos militares por parte dos EUA, transmitido por seu embaixador Lincoln Gordon, João Goulart não prossegue com a organização da resistência e parte para seu exílio no Uruguai de onde voltaria apenas para ser sepultado em sua terra⁸⁷.

Na manhã do dia 02 de abril, os jornais que faziam oposição a João Goulart estampavam tristes manchetes vitoriosas com textos agressivos e difamatórios contra o presidente deposto e seus aliados. Um dos mais exaltados era a Tribuna da Imprensa que publica a seguinte matéria:

"Escorraçado, amordaçado e acovardado deixou o poder como imperativo da legítima vontade popular o sr. João Belchior Marques Goulart, infame líder dos comuno-carreiristas-negocistas-sindicalistas. Um dos maiores gatunos que a história brasileira já registrou, o Sr. João Goulart passa outra vez à história, agora também como um dos grandes covardes que ela já conheceu.

Temos o direito de dizer tudo isso do Sr. João Goulart porque não lhe racionamos os adjetivos certos, por mais contundentes que fossem, na hora em que êle dominava o poder, e posava de líder todo-poderoso da Nação. Como não nos intimidamos na hora em que Jango e os comunistas estavam por cima e amargamos até cadeia, não precisamos nem fazer a demagogia da generosidade. Mesmo porque não pode haver generosidade nem contemplação com canalhas. E Jango, Jurema, Assis Brasil, Arraes, Dagoberto, Darcy Ribeiro, Waldir Pires e toda a quadrilha que assaltou o poder não passam de canalhas.

E além de canalhas, covardes. E além de covardes, cínicos. E além de cínicos, pusilâmines. E além de pusilâmines, desonestos. Bravatearam, fingiram-se machões, disseram que fariam isto e aquilo, mas aos primeiros tiros saíram correndo espavoridos e ainda estão correndo até agora. Alguns, como Aragão, como Assis Brasil, como Crisanto de Figueiredo, como Arraes, como Cunha Melo, como todo o rebotalho comunista, não serão encontrados tão cedo. (...)

Nunca se viu homens tão incapazes, tão desonestos e tão covardes. Agora que o País se livrou do fantasma da comunização podemos repetir o que vínhamos dizendo exaustivamente: todo comunista é covarde e mau caráter. Os episódios de agora vieram provar que estávamos cobertos de razão. (...)⁸⁸.

⁸⁷ Idem.

⁸⁸ Acervo de periódicos do jornal Tribuna da Imprensa.

Segundo a Constituição, que ainda vigorava, Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados, deveria ocupar o cargo vago pela saída de João Goulart. Porém, na realidade os três ministros militares passaram a dar as diretrizes de um governo que se dizia revolucionário. O general Artur da Costa e Silva, da Guerra, o vice-almirante Augusto Rademaker Grunewald, da Marinha e o tenente-brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo, da Aeronáutica mais que depressa assinam, já em 09 de abril, o Ato Institucional número 1 que dava ao poder executivo, entre outras coisas, o direito de cassar mandatos, suspender direitos políticos e a declarar e prorrogar o estado de sítio sem a votação no Congresso Nacional. No dia seguinte, em 10 de abril, esse mesmo Congresso elege o general Humberto Castelo Branco presidente da república, consolidando as pretensões militares expostas desde a renúncia de Jânio Quadros. O novo quadro político brasileiro, mesmo apoiado por alguns setores da sociedade civil, viria a engessar todas as tentativas de inovação para o país. Para as lutas do Sindicato dos Professores da Guanabara, o golpe militar abortou todas as iniciativas de se revolucionar a educação e a condição de trabalho dos docentes, sob o pretexto de que todas as propostas eram de tendências comunistas ou subversivas⁸⁹.

Imediatamente a repressão inicia sua ação contra as instituições sindicais, a imprensa de tendência esquerdista, o movimento estudantil e contra os mais diversos setores da sociedade. Dentro de nosso Sindicato as medidas ditatoriais se fizeram sentir mais diretamente já em 13 de junho de 1964, quando seu presidente Hélio Marques Silva tem seus direitos políticos suspensos e sua prisão decretada. Sua prematura saída da liderança do Sindicato leva a uma verdadeira desarticulação do movimento docente e a um frenético movimento para evitar que outros diretores fossem presos. Atas de reunião, fichas de sindicalização, ordens escritas, exemplares da “Folha do Professor” e outros muitos documentos produzidos pelo Sindicato foram escondidos ou incinerados. Toda essa preocupação se deve ao fato de que, em poder do professor Hélio Marques, a polícia encontrou diversos telegramas trocados entre ele e José de Almeida Barreto que levaram às correspondências entre o Sindicato dos Professores e o

⁸⁹

GASPARI, Elio. “A Ditadura Envergonhada”. São Paulo. Companhia das Letras, 2002.

Sindicato da Ciência e Cultura de Moscou, o ministro Darcy Ribeiro, João Pinheiro Neto, Leonel Brizola, João Goulart, a UNE, entre outros. A violação da privacidade de Hélio Marques, que teve sua casa revistada, alertou a diretoria para a possível repetição do ato dentro da sede⁹⁰.

Como era de se esperar, a polícia não tardou a se fazer presente dentro do Sindicato. Dois dias após a prisão de Hélio Marques, o major Cleber Bonecker e o capitão da PM do Estado da Guanabara Ayrton José Guimarães Gouget chegaram à sede com a ordem de abertura dos cofres, como determinava o AI-1. Os diretores presentes nesse terrível dia eram Carlos da Silva Teixeira, que assume a presidência após a prisão de Hélio Marques, Affonso Saldanha, Levy Borborema Pôrto e Walter Ribeiro Lemos que assistem aos militares levarem consigo um recibo no valor de Cr\$ 2.500,00 referentes a despesas com piquetes de greve e que possuía três assinaturas, sendo que as duas primeiras se encontravam ilegíveis; já na terceira lia-se o nome da professora Nilza Nunes dos Reis que passou a ser alvo de investigação. Além disso, foram levados um cheque referente a imposto sindical no valor de Cr\$ 57.335,00, uma passagem aérea utilizada por Bayard Boiteux com destino de Belo Horizonte e um livro de atas de reuniões da diretoria.

Além disso, outros diretores também sofreram com processos e investigações. Carlos da Silva Teixeira, por exemplo, antes de assumir a presidência foi indiciado a prestar depoimento em inquérito policial aberto em junho de 1964, por determinação do Marechal Taurino de Resende Neto. Seu depoimento tinha o intuito de apurar os fatos e as possíveis responsabilidades de todos os dirigentes da FITEE e do Sindicato que tenham desenvolvido qualquer tipo de atividade enumerada nas leis que definem os crimes militares e os crimes contra o Estado e a ordem política e social (lei 1802 de 05 de janeiro de 1953), além da acusação de atividade subversiva⁹¹.

Pouco a pouco, as lideranças do Sindicato dos Professores da Guanabara foram sendo fichadas e obrigadas a prestar depoimento ou a abandonar suas atividades. A perseguição implacável não cessaria até a desarticulação total do

⁹⁰ Arquivo Sinpro-Rio.

⁹¹ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fichas de denúncia contra Carlos da Silva Teixeira.

movimento e a derrota de seus líderes. Os primeiros a sofrer tais sanções foram os que nos últimos anos estiveram na linha de frente do Sindicato como Hélio Marques que após sua destituição do cargo de presidente da instituição e de sua prisão, foi demitido de seu cargo no Ministério da Educação em outubro de 1964. No mesmo processo, os professores Bayard Boiteux e José de Almeida Barreto, representantes do Sindicato na FITEE e ex-presidentes da instituição, foram demitidos de seus cargos no Colégio Pedro II. José Stamato, suplente de diretoria, foi demitido do cargo de professor assistente da UFRJ e o tesoureiro Walter Ribeiro Lemos foi dispensado de seu contrato como professor do Colégio Naval. Além deles, outro representante do Sindicato na FITEE, o professor Henrique Baptista Aranha Miranda teve todos os seus direitos políticos cassados devido a sua condição de ex-vereador da Guanabara pelo PTB.

A enorme preocupação do presidente empossado Castelo Branco em priorizar a agenda de compromissos financeiros internacionais fez com que fossem adotadas rígidas políticas antiinflacionárias que estacionaram qualquer tipo de ganho salarial. Além das medidas repressivas, o trabalhador precisou conviver com o arrocho e a desvalorização de sua mão de obra.

Dentro do Sindicato, o esperado ganho real para 1965, caso as Reformas de Base fossem aprovadas, deu lugar a frustração e ao medo. Tornava-se comum a visita de elementos da polícia nas dependências da instituição e a cada nova invasão um professor, diretor ou associado, era convidado a prestar seu depoimento. A rotina sindical, suas articulações e ações tornaram-se reféns da repressão. Qualquer tipo de reunião ou deliberação passou ser feita as escondidas, em salas emprestadas, longe do endereço oficial e distante de boa parte de seus associados. Tristemente a categoria foi sendo afastada de seu Sindicato. A denúncia de diretores feita pelos próprios colegas frequentadores da instituição abalou a confiança daqueles que se mantiveram na luta. A incerteza tornou-se a sensação mais comum entre as antigas lideranças.

Desmantelada, acuada e temerosa pelo futuro da instituição a diretoria eleita para o mandato 1963-1965 deixaria o comando do Sindicato em setembro sem ter conseguido implantar todas as suas propostas. Cindida pelo golpe, essa diretoria partiria para novas formas de luta, mas não mais as velhas batalhas travadas por multidões de docentes e sim pequenos combates feitos as escondidas

e sem os exércitos idealistas de outrora. Para a diretoria que tomava posse restava a incerteza no futuro, a prudência nos movimentos e a pequena esperança nas eleições estaduais que se aproximavam e que ainda seriam o último palco armado para a democracia na década de 60.